

ADI 6296

Processo Eletrônico Público

Número Único: 0035913-90.2019.1.00.0000

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Origem: DF - DISTRITO FEDERAL

Relator: MIN. MARCO AURÉLIO

Redator do acórdão:

Relator do último incidente: MIN. MARCO AURÉLIO (ADI-MC-AgR)

REQTE.(S)	ASSOCIACAO NACIONAL DOS DELEGADOS DE POLICIA FEDERAL
ADV.(A/S)	ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO (09930/DF, 154525/MG) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Informações

Assunto: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO | Controle de Constitucionalidade

Procedência

Data de Protocolo: 26/12/2019
Órgão de Origem: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Origem: DISTRITO FEDERAL
Número de Origem: 6296, 00359139020191000000

Partes

REQTE.(S)
ASSOCIACAO NACIONAL DOS DELEGADOS DE POLICIA FEDERAL

ADV.(A/S)
ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO (09930/DF, 154525/MG) E OUTRO(A/S)

INTDO.(A/S)
MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

PROC.(A/S)(ES)
ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Andamentos

19/03/2020 MIN. MARCO AURÉLIO	Liminar indeferida Torno insubsistente a decisão mediante a qual o Presidente, atuando no período de férias coletivas, na forma do artigo 13, inciso VIII, do Regimento Interno, implementou medida acauteladora para suspender, até o julgamento do mérito, a eficácia da Portaria nº 739/2019 do Ministro da Justiça e Segurança Pública, ficando prejudicado o agravo interposto contra o pronunciamento de Sua Excelência.
18/03/2020	Conclusos ao(à) Relator(a)
18/03/2020	Manifestação da PGR
17/03/2020	Remessa Da petição 14554/2020 ao gabinete.
17/03/2020	Juntada de relatório

17/03/2020	Petição Manifestação - Petição: 14554 Data: 17/03/2020 às 11:49:43
16/03/2020	Calendário de julgamento publicado no Dje Publicado em 12.03.2020. Dje nº 54/2020, edição extra, divulgada em 11/03/2020
11/03/2020	Incluído no calendário de julgamento pelo Presidente Data de Julgamento: 18/03/2020
05/03/2020	Petição Contraminuta - Petição: 11583 Data: 05/03/2020 às 18:29:28
04/03/2020	Pauta publicada no DJE - Plenário PAUTA Nº 18/2020. DJE nº 44, divulgado em 03/03/2020
02/03/2020 TRIBUNAL PLENO	Inclua-se em pauta - minuta extraída Pleno em 02/03/2020 15:11:22 - ADI-MC-Ref
14/02/2020	Vista à PGR
14/02/2020	Petição Manifestação - Petição: 6695 Data: 14/02/2020 às 10:11:07
12/02/2020	Certidão Distribuição de relatório.
12/02/2020	Publicação, DJE DJE nº 28, divulgado em 11/02/2020
11/02/2020	Publicação, DJE DJE nº 27, divulgado em 10/02/2020
10/02/2020	Vista a parte agravada para apresentar contrarrazões
10/02/2020	Interposto agravo regimental Juntada Petição: 5473/2020
10/02/2020	Petição Manifestação - Petição: 5473 Data: 10/02/2020 às 20:04:47
10/02/2020	Juntada de relatório
07/02/2020	Despacho "Observado o disposto no artigo 10 da Lei nº 9.868/1999, libero o processo para inserção na pauta do Pleno, submetendo ao referendo do Colegiado o pronunciamento mediante o qual o Ministro Presidente implementou, na forma do artigo 13, inciso VIII, do Regimento Interno, medida acauteladora suspendendo a eficácia da Portaria nº 739/2019, editada pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. À Secretaria, para juntar ao processo o relatório, encaminhando cópia aos demais Ministros e à Procuradoria-Geral da República. Publiquem."
07/02/2020	Vista ao AGU
06/02/2020	Petição 4398/2020 - 06/02/2020 - Ofício n. 153/2020/GM, Ministério da Justiça e Segurança Pública, 5/2/2020 - Presta informações em atenção ao Ofício n. 143/2020.
03/02/2020	Publicação, DJE DJE nº 19, divulgado em 31/01/2020
17/01/2020	Expedido(a) Ofício Eletrônico 143/2020 - MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - COM CÓPIA DA PETIÇÃO INICIAL E DA DECISÃO - URGENTE - Data da Remessa: 17/01/2020
16/01/2020	Expedido(a) OFÍCIO - COMUNICA DECISÃO E SOLICITA INFORMAÇÕES - SEJ (MALOTE DIGITAL)
16/01/2020 PRESIDÊNCIA	Adotado rito do Art. 12, da Lei 9.868/99
16/01/2020	Comunicação assinada OFÍCIO - COMUNICA DECISÃO E SOLICITA INFORMAÇÕES - SEJ (MALOTE DIGITAL)
16/01/2020	Certidão De elaboração de 1 ofício eletrônico. Decisão de 14/1/2020

16/01/2020 PRESIDÊNCIA	Liminar deferida Ante o quadro revelado, defiro a medida cautelar pleiteada ad referendum do Plenário e suspendo a eficácia da Portaria nº 739/2019, de 3 de outubro de 2019, editada pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, relativa à participação da Polícia Rodoviária Federal em operações conjuntas em áreas de interesse da União. Por razões de celeridade processual, solicito, desde já, as informações à requerida, no prazo de 10 (dez) dias (art. 12 da Lei nº 9.868/99). Após, abra-se vista, sucessivamente, no prazo de cinco dias, ao Advogado-Geral da União e ao Procurador-Geral da República. Em seguida, encaminhem-se os autos ao eminente Ministro Relator para o que entender de direito. Comunique-se com urgência.
26/12/2019	Conclusos à Presidência art. 13, VIII, RISTF
26/12/2019	Distribuído MIN. MARCO AURÉLIO
26/12/2019	Autuado
24/12/2019	Protocolado Petição Inicial (nº 81501) recebida em 24/12/2019, às 14:36:09

Decisões

19/03/2020 MIN. MARCO AURÉLIO	Liminar indeferida Torno insubsistente a decisão mediante a qual o Presidente, atuando no período de férias coletivas, na forma do artigo 13, inciso VIII, do Regimento Interno, implementou medida acauteladora para suspender, até o julgamento do mérito, a eficácia da Portaria nº 739/2019 do Ministro da Justiça e Segurança Pública, ficando prejudicado o agravo interposto contra o pronunciamento de Sua Excelência.
02/03/2020 TRIBUNAL PLENO	Inclua-se em pauta - minuta extraída Pleno em 02/03/2020 15:11:22 - ADI-MC-Ref
16/01/2020 PRESIDÊNCIA	Adotado rito do Art. 12, da Lei 9.868/99
16/01/2020 PRESIDÊNCIA	Liminar deferida Ante o quadro revelado, defiro a medida cautelar pleiteada ad referendum do Plenário e suspendo a eficácia da Portaria nº 739/2019, de 3 de outubro de 2019, editada pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, relativa à participação da Polícia Rodoviária Federal em operações conjuntas em áreas de interesse da União. Por razões de celeridade processual, solicito, desde já, as informações à requerida, no prazo de 10 (dez) dias (art. 12 da Lei nº 9.868/99). Após, abra-se vista, sucessivamente, no prazo de cinco dias, ao Advogado-Geral da União e ao Procurador-Geral da República. Em seguida, encaminhem-se os autos ao eminente Ministro Relator para o que entender de direito. Comunique-se com urgência.

Sessão virtual

Deslocamentos

GABINETE MINISTRO MARCO AURÉLIO Enviado por CONTROLE CONCENTRADO E RECLAMAÇÕES em 18/03/2020	Guia 3816/2020 Recebido em 18/03/2020
CONTROLE CONCENTRADO E RECLAMAÇÕES Enviado por PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA em 18/03/2020	Guia 2274552/2020 Recebido em 18/03/2020
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA Enviado por CONTROLE CONCENTRADO E RECLAMAÇÕES em 14/02/2020	Guia 1683/2020
CONTROLE CONCENTRADO E RECLAMAÇÕES Enviado por GABINETE MINISTRO MARCO AURÉLIO em 07/02/2020	Guia 360/2020 Recebido em 07/02/2020
GABINETE MINISTRO MARCO AURÉLIO Enviado por CONTROLE CONCENTRADO E RECLAMAÇÕES em 07/02/2020	Guia 1159/2020 Recebido em 07/02/2020
CONTROLE CONCENTRADO E RECLAMAÇÕES Enviado por COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS em 16/01/2020	Guia 111/2020 Recebido em 16/01/2020

COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS

Enviado por CONTROLE CONCENTRADO E RECLAMAÇÕES em 16/01/2020

Guia 212/2020
Recebido em 16/01/2020**CONTROLE CONCENTRADO E RECLAMAÇÕES**

Enviado por PRESIDÊNCIA em 16/01/2020

Guia 733/2020
Recebido em 16/01/2020**PRESIDÊNCIA**

Enviado por PLANTÃO PRESIDÊNCIA em 16/01/2020

Guia 392/2020
Recebido em 16/01/2020**PLANTÃO PRESIDÊNCIA**

Enviado por PRESIDÊNCIA em 26/12/2019

Guia 24375/2019
Recebido em 26/12/2019**PRESIDÊNCIA**

Enviado por AUTUAÇÃO, ANÁLISE DE PREVENÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS em 26/12/2019

Guia 21978/2019
Recebido em 26/12/2019**AUTUAÇÃO, ANÁLISE DE PREVENÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS**

Enviado por DIVERSOS em 26/12/2019

Guia 2237787/2019
Recebido em 26/12/2019**Peticões****14554/2020** Peticionado em 17/03/2020

Recebido em 17/03/2020 22:46:35 por GABINETE MINISTRO MARCO AURÉLIO

11583/2020 Peticionado em 05/03/2020

Recebido em 05/03/2020 18:29:28 por CONTROLE CONCENTRADO E RECLAMAÇÕES

6695/2020 Peticionado em 14/02/2020

Recebido em 14/02/2020 10:11:07 por CONTROLE CONCENTRADO E RECLAMAÇÕES

5473/2020 Peticionado em 10/02/2020

Recebido em 10/02/2020 20:04:47 por CONTROLE CONCENTRADO E RECLAMAÇÕES

4398/2020 Peticionado em 06/02/2020

Recebido em 06/02/2020 13:52:36 por CONTROLE CONCENTRADO E RECLAMAÇÕES

81501/2019 Peticionado em 24/12/2019

Recebido em 24/12/2019 14:36:11 por AUTUAÇÃO, ANÁLISE DE PREVENÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS

Recursos**AG.REG. NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE****16/03/2020****Calendário de julgamento publicado no Dje**

Publicado em 12.03.2020. Dje nº 54/2020, edição extra, divulgada em 11/03/2020

11/03/2020**Incluído no calendário de julgamento pelo Presidente**

Data de julgamento: 18/03/2020

04/03/2020**Pauta publicada no DJE - Plenário**

PAUTA Nº 18/2020. DJE nº 44, divulgado em 03/03/2020